

Legião Brasileira de Assistência e o “projeto civilizador”
instaurado em Chapecó/Sc na década de 1940

Brazilian Legion of Assistance and the “civilizing process”
created in Chapecó/SC in the 1940’s

Michele Rodrigues Tumelero*

Cristiani Bereta da Silva**

Resumo

O presente artigo objetiva analisar o projeto disciplinador de práticas e costumes em Chapecó/SC a partir da instalação da Legião Brasileira de Assistência (LBA) na cidade, em 1943. A discussão proposta é resultado de pesquisas mais abrangentes – realizadas a partir de diferentes fontes documentais (impressos, relatórios, fotografias, cartas etc.) – que revelaram que o projeto instaurado em Chapecó nesse período teve como principais alvos crianças e mulheres. As políticas sociais criadas a partir das ações da LBA voltavam-se à saúde e à educação. Era a partir desses lugares que se buscava a reformulação dos hábitos e costumes da família nos espaços públicos e privados, elegendo-a como construtora e mantenedora de uma sociedade sadia, educada e organizada. O esforço em “civilizar” Chapecó foi feito num contexto de recrudescimento do nacionalismo e na busca de se integrar a cidade ao território catarinense. Antes representada como terra violenta, de indígenas e caboclos, Chapecó passa a ser alvo de projetos que objetivam deslocar essa ideia para a de terra de trabalho, de povo desbravador e educado, disposto a concretizar o ideal de cidade moderna e civilizada, integrada ao estado catarinense e, por extensão, à nação brasileira.

Palavras-chave: Projeto civilizador. LBA. Nacionalismo.

Abstract

This article sets focus in analyzing the practices and customs disciplining project in the city of Chapecó/SC, Brazil, after the setup of the Brazilian

* Mestre em História. Tutora a distância do Programa Universidade Aberta do Brasil na Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC. *E-mail:* micheletumelero@gmail.com

** Doutora em História. Professora do Departamento de História e dos Programas de Pós-Graduação em História e em Educação da UDESC. *E-mail:* cristianibereta@gmail.com

Legion of Assistance (BLA) in the city, in 1943. The proposed discussion is a result of broader research, performed through different document sources (printed documents, reports, photographs, letters, etc.) which revealed that the project established in Chapecó in this period was mainly aimed at women and children. The social policies created through the BLA actions were health and education related. It was from these places that the reformulation of family habits and customs were sought in both public and private spheres, electing the institution as a builder and keeper of a healthy, polite, and organized society. The effort to “civilize” Chapecó was performed in a context of renewed crude nationalism, while seeking to integrate the city into Santa Catarina state territory. Formerly represented as a violent land of indigenous and mixed-ethnic *caboclos*, Chapecó had become a target for projects that attempt to change such mentality to a land of hard-working, adventurous and polite people, willing to make the ideal of a modern and civilized city come true, being integrated within the Santa Catarina state and, consequently, to Brazil as a nation.

Keywords: Civilizing project. BLA. Nationalism.

Introdução

O presente artigo tem como espaço de investigação a cidade de Chapecó¹ e pretende analisar em que medida a instalação da Legião Brasileira de Assistência (LBA) esteve relacionada ao projeto de civilidade e moralização do Oeste Catarinense na década de 1940. Embora a compreensão de tal projeto precise considerar aspectos anteriores e posteriores ao período delimitado como Estado Novo (1937-1945), defendemos que foi a partir desse momento histórico que ele toma forma e consistência, atingindo a cidade e seus moradores de forma mais ampla. A instalação da LBA em Chapecó, em 1943, estabeleceu uma série de intervenções bem específicas relacionadas à saúde e educação com o objetivo de construir uma Chapecó mais moderna e civilizada. Essas intervenções atingiram principalmente mulheres e crianças pobres chapecoenses, alvos privilegiados de discursos e práticas que visavam fixar na cidade modelos hegemônicos de família e de infância.

As discussões aqui propostas constituem recorte de pesquisas diferentes que articularam pontos em comum relacionados às políticas

¹ Cidade localizada no Oeste Catarinense, a 650 quilômetros da capital do estado, Florianópolis.

estadonovistas em Santa Catarina.² Nesta análise privilegiaram-se como documentos os relatórios das atividades realizadas pela LBA durante os anos de 1943, 1944 e 1945 nas cidades de Santa Catarina, localizados no Arquivo da Previdência Social,³ em Florianópolis. Além desses documentos, foi analisado também o impresso jornalístico *A Voz de Chapecó*, periódico semanal que circulou de 1939 até meados de 1950 principalmente em Chapecó, mas também alcançou toda a região Oeste. O jornal pertencia ao coronel Ernesto Francisco Bertaso, ao juiz Antonio Selistre de Campos e ao advogado e futuro prefeito de Chapecó (em 1947) Vicente Cunha. Tratava-se de um jornal cujos proprietários estavam vinculados ao Partido Social Democrático (PSD) e, por essa razão, constituía-se como porta-voz de discursos oficiais e de interesses dos pessedistas nos âmbitos federal, estadual e municipal, principalmente durante campanhas eleitorais. Além de o jornal se incumbir de promover as realizações do PSD na região, também promovia a Empresa Colonizadora Ernesto Francisco Bertaso⁴ e as pessoas ligadas à família.⁵ Na condição de veículo oficial de discursos das autoridades locais, o jornal dava a ler diferentes práticas relativas à formação de *cidadãozinhos catarinenses*. Também foram analisados discursos de Nereu Ramos (governador a partir de 1935 e interventor federal entre 1937 e 1945) e documentos oficiais do Estado⁶ com o objetivo de melhor compreender a circulação do projeto

² Uma das pesquisas citadas resultou na elaboração da dissertação de mestrado de: TUMELERO, Michele Rodrigues. *A Legião Brasileira de Assistência e os investimentos feitos sobre as mulheres e as crianças na construção de uma “nova” Chapecó-SC (1940-1960)*. 132 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 2010. A outra se relaciona a uma pesquisa mais ampla sobre o ensino de História e à construção e divulgação de saberes históricos em Santa Catarina, que vem sendo desenvolvida sob a coordenação de Cristiani Bereta da Silva nos Programas de Pós-Graduação em História e em Educação da UDESC, desde 2008. Em 2012, o projeto intitulado *Nação e região: uma leitura a partir das culturas políticas e das políticas para o ensino de História em Santa Catarina nas décadas de 1930 e 1940*, com financiamento do CNPq, segue dando continuidade à investigação.

³ Quando a Legião Brasileira de Assistência foi extinta, em 1995, toda a sua documentação foi armazenada nesse arquivo, que, além dos relatórios, contém orçamentos para aberturas de centros de puericultura no estado, dossiês com prestações de contas do dinheiro entregue ao estabelecimento para construção dos projetos, todos os gastos (com notas fiscais anexadas) de infraestrutura, alimentação, material didático, contratação de funcionários, cartões-ponto em que constam os dias de trabalho dos funcionários e as portarias em que estão as mudanças de normas da instituição, contratações, férias e demissões de funcionários.

⁴ A Colonizadora Bertaso, Maia e Cia instalou-se na localidade de Passos dos Índios (atual Chapecó) por volta de 1920. A sociedade foi desfeita e, em 1923, foi fundada a Empresa Colonizadora Ernesto Francisco Bertaso. No final de 1948 o nome foi alterado para Empresa Colonizadora e Industrial Ernesto Francisco Bertaso S.A. Cf. HASS, Monica. *O linchamento que muitos querem esquecer: Chapecó 1950-1956*. 3. ed. Chapecó: Argos, 2013, p.38.

⁵ Os números desse jornal se encontram no Centro de Memória do Oeste Catarinense (CEOM), em Chapecó.

⁶ Localizados no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (APESC), em Florianópolis.

estadonovista em Santa Catarina, bem como as formas de intervenções sobre a educação e a saúde no período.

Outros documentos analisados compõem o acervo privado da família do médico Darcy de Camargo, que trabalhou na LBA durante a década de 1940. No acervo encontram-se seu “diário de anotações” e variados documentos, incluindo fotografias dos concursos de *Robustez Infantil*, *Garoto do Ano*, *Rainha das Bonecas* e desfile de moda infantil. Todos esses concursos ocorriam na *Semana da Criança*⁷ em Chapecó. As investigações no diário de anotações do médico foram importantes para as discussões realizadas, pois dizem muito sobre as práticas de saúde levadas a cabo naquele momento e lugar, em meio ao processo de instauração de um saber autorizado pela medicina – sob os auspícios da ciência – em contraposição às práticas de saúde caseiras da população local.

De naturezas distintas, os documentos selecionados são compreendidos em sua condição de monumentos, ou seja, não são neutros e muito menos capazes de revelar a verdade sobre o passado. Documentos são produtos de uma sociedade que os fabricou segundo as relações de poder travadas no período (e também em épocas sucessivas) e que resultaram em sua guarda e manipulação. Eles são “resultado do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias”,⁸ e é nessa condição que devem ser lidos pelos historiadores.

Ainda sobre os aspectos metodológicos de leitura e interpretação dos documentos, nossa opção foi tomá-los como discursos, considerando as análises perspectivadas por Michel Foucault. Esse pesquisador define o discurso como uma estratégia de análise,⁹ destacando a necessidade de se “considerar esses fatos de discurso [...] como jogos estratégicos de ação e de reação, de pergunta e de resposta, de dominação e de esquiva, como também de luta. O discurso é esse conjunto regular de fatos linguísticos em determinado nível, e polêmicos e estratégicos em outro.”¹⁰ Para Foucault, os discursos, mais do que um conjunto de signos que remetem a conteúdos ou representações, são “práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam”.¹¹ Tal

⁷ A *Semana da Criança* era iniciativa do governo de Getúlio Vargas e estava sob responsabilidade do Departamento Nacional da Criança, órgão vinculado ao Ministério da Educação e Saúde. Geralmente acontecia no mês de outubro em todo o país, e seu tema era designado pelo referido departamento.

⁸ LE GOFF, J. *História e memória*. 5. ed. Campinas: Unicamp, 2003. p. 538.

⁹ FOUCAULT, M. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: NAU, 2005.

¹⁰ *Ibidem*, p. 9.

¹¹ *Ibidem*, p. 55

entendimento pressupõe perceber os discursos como implicados na constituição de corpos, sujeitos, identidades, práticas sociais etc. Nas suas definições de discurso, Foucault se refere ao enunciado, uma vez que para ele o discurso “é constituído por um conjunto de sequências de signos, enquanto enunciados, isto é, enquanto lhes podem atribuir modalidades particulares de existência”.¹² O enunciado é a unidade elementar que constitui o discurso, caracterizado por quatro elementos básicos: um referencial, que não é exatamente um fato, nem mesmo um objeto, mas um princípio de diferenciação; um sujeito, não o autor da formulação nem a consciência que fala, mas uma posição que pode ser ocupada, sob certas condições, por indivíduos diferentes; um campo associado, um domínio de coexistência para outros enunciados; e uma materialidade, coisas efetivamente ditas ou escritas, passíveis de uso ou reutilização, ativadas por meio de práticas e relações sociais, isto é, as formas concretas com que ele aparece.¹³

As relações entre poder e saber, que participam e constituem a produção discursiva sobre a proteção à maternidade, à infância e à adolescência também não podem ser ignoradas. O regime de funcionamento do poder/saber implica considerar tanto o que se disse sobre mães, crianças, saúde e educação quanto os efeitos de poder produzidos pelo que se disse, bem como os saberes que se formaram a partir daí. As produções discursivas do período tiveram efeitos de poder acompanhados da “vontade de saber” que lhes serviram de suporte e instrumento. Não há relação de poder sem a constituição de um campo de saber, nem saber que não constitua relação de poder.¹⁴ Essas são as chaves de leitura e análise selecionadas com o objetivo de dotar de inteligibilidade a construção e veiculação de um dado projeto civilizador de práticas e costumes em Chapecó, em especial na década de 1940, a partir da inauguração da LBA na cidade.

A LBA e o projeto estadonovista

A participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial foi decisiva para a criação da LBA, em 14 de agosto de 1942, pois o objetivo inicial era que a instituição amparasse os soldados que iriam para a guerra, bem como seus familiares. Sob a presidência da primeira-dama, Darcy Vargas, quase todas as atividades no período da guerra eram direcionadas aos

¹² *Ibidem*, p. 122.

¹³ *Ibidem*.

¹⁴ FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 12. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1997.

combatentes brasileiros que estavam para embarcar para a Itália. Essas ações eram veiculadas por meio do boletim da LBA, um dos principais meios de aglutinação dos incentivos às campanhas a favor dos expedicionários e de tantas outras que acabaram por demarcar os vários papéis da LBA: ora benemérita, ora filantrópica, ora nacionalista, mas sempre, e acima de tudo, política.

Getúlio Vargas também delegou à LBA a função de desenvolver a gestão populacional da nação por meio de suas políticas assistenciais, por meio de convênios estabelecidos nas áreas da assistência social e da educação, onde o planejamento passaria a ser pensado a partir da instrumentalização da família. Acompanhando as reflexões de Foucault, observa-se que nesse período “a família vai se transformar em instrumento, e instrumento privilegiado, para o governo da população e não um modelo quimérico para um bom governo”.¹⁵ Tal política seria fundamental para a instauração da ordem, do progresso e da civilidade. A população passou a ser considerada também como parte da riqueza do país. Os números de nascimentos e de mortes passam a ser fundamentais: “A economia política pôde se constituir a partir do momento em que, entre os diversos elementos de riqueza, apareceu um novo objeto: a população”.¹⁶

O uso da medicina social nas décadas de 1930 e 1940 acompanha a lógica de uma sociedade militarizada que passa a vigorar não só no Brasil, mas em vários espaços da sociedade ocidental. Tal lógica não pretende apenas a redenção dos corpos, mas também a formação do corpo brasileiro. E para isso promove-se a junção da medicina social com a estatal, sendo que a “medicina do Estado não tem por objetivo a formação de uma força de trabalho adaptada às campanhas das indústrias, sua preocupação recai sobre o corpo dos indivíduos enquanto constitui globalmente o Estado”.¹⁷ Nesse sentido a LBA também atuaria na sociedade instituindo práticas que visavam moldar o corpo brasileiro às novas demandas de uma cultura urbana que se constituía. Buscavam-se, assim, estratégias que normalizassem e plasmassem a família dentro dos princípios da norma familiar burguesa. O Estado passaria a atuar com interventor, desenvolvendo no espaço doméstico a reorganização das famílias em torno da conservação das normas postas em evidência e da educação das crianças, segundo esses preceitos. Já a intervenção nas

¹⁵ FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1986, p. 289.

¹⁶ *Ibidem*, p. 290.

¹⁷ *Ibidem*.

camadas populares centrava-se nas campanhas de moralização e higiene. As políticas públicas de controle relacionam a população à riqueza da nação, daí surge a necessidade e a “vontade de preservar a criança viva e poupá-la da doença e do sofrimento”.¹⁸ Já não seria mais a descendência que importaria, mas o indivíduo que se perpetua por meio da criança, ou melhor, das crianças consanguíneas.

A intervenção vai encontrar respaldo e justificativa nos problemas que atingiam as crianças brasileiras relativos à educação e à saúde, considerados os principais responsáveis pelo atraso econômico do país. Tais ações contavam com o trabalho das esposas de governadores e prefeitos e passaram a ser sistematizadas para além da mera assistência, afinal era imperativo educar e civilizar a população. As comissões estaduais e municipais foram os embriões da ação oficial da LBA no interior do país.

De início, as comissões estaduais eram presididas pelas primeiras-damas de cada estado, ou seja, as esposas dos governadores (interventores entre 1937 e 1945). Esse princípio se estendeu aos municípios, onde essas comissões também eram presididas pelas esposas dos prefeitos. As comissões estaduais e municipais eram constituídas por um presidente, representado pela primeira-dama, um secretário e um tesoureiro, indicados pela associação comercial do estado. Pode-se aferir que as comissões municipais e estaduais foram os embriões da ação oficial da LBA na condição de representante do governo federal, da formação dos núcleos de voluntários e, ainda, de organismos assistenciais dos governos estaduais, presididos pelas primeiras-damas.

De acordo com Aldaíza Sposati e Maria do Carmo Falcão,¹⁹ até o início dos anos 1930 o Estado brasileiro assumia a questão social basicamente como uma questão de polícia, e não de política social. As interpretações sobre o tratamento dispensado à questão social são unânimes em informar que até 1930, no horizonte simbólico dos grupos dominantes e do Estado, a existência da questão social era negada, apesar dos conflitos operários, das denúncias das degradantes condições de vida e de trabalho da população pobre, das vozes públicas que advogavam a exigência de direitos e mudança em relação ao trabalho.

O posicionamento do Estado e dos grupos dominantes diante da questão social teria feito com que a repressão e a caridade se constituíssem em

¹⁸ GÉLIS, J. A individualização da criança. In: ARIÈS, P.; CHARTIER, R. *História da Vida Privada: Da Renascença ao século das luzes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, pp. 311-329, 317.

¹⁹ SPOSATI, A; FALCÃO, M. do C. *LBA: identidade e efetividade das ações no enfrentamento à pobreza brasileira*. São Paulo: EDUC, 1989.

formas de combate ao problema. As análises partem do princípio de que a questão social adquiriu maior relevância e caráter dinâmico a partir da década de 1920. Em virtude da própria explicitação das condições sociais de grande parte da população brasileira, passou-se a discutir a questão social como problema legítimo, sob a lógica eminentemente política pertencente à esfera do Estado. Nesse sentido, compreende-se que a assistência – na trajetória das políticas sociais brasileiras – é uma forma discriminada e parcial de atender alguns segmentos populacionais excluídos historicamente e que, de forma objetiva, não existem para o capital: desempregados, indigentes, deserdados, órfãos, abandonados etc. Dessa forma a assistência não ocorria como direito do cidadão, mas como mérito do necessitado, como um favor emergencial.²⁰

A LBA certamente constitui-se em marco de instituição governamental de assistência social criada pelo Estado Novo. Ela atuaria, sobretudo, por meio de instituições privadas e, em menor escala, instituições públicas (federais, estaduais e municipais), a partir do estabelecimento de convênios. A associação do Departamento Nacional da Criança (DNCr) à LBA criaria as condições necessárias para o financiamento de obras dos programas voltados à criança, principalmente aqueles referentes aos postos de puericultura. Criado em 1940, esse departamento baseava-se numa política de assistência direcionada às crianças e famílias pobres. Contudo, sua atuação encontrava-se comprometida pela falta de recursos. Essa foi uma das principais razões que levaram o departamento a associar-se à LBA, pois esta possuía receita própria, advinda de contribuições compulsórias de trabalhadores sindicalizados, além de estar vinculada à autoridade moral da primeira-dama, Darcy Vargas.

As ações da LBA foram marcadas pelo paternalismo na prestação de auxílios emergenciais e paliativos à miséria. *Mãe da sociedade, da pobreza, lar dos carentes, socorro dos aflitos*. Essas eram representações que se pretendia fixar – por meio de discursos em propagandas diversas – para a LBA.²¹ A trajetória da instituição indica que a maior preocupação esteve voltada à preservação da saúde da criança, o que indicava intervenções na família. É da preocupação pela construção e manutenção da estabilidade familiar que se constituiriam mecanismos e programas de promoção da integração social, ou seja, o ajustamento de sujeitos sociais desagregados do convívio familiar.

²⁰ Ibidem, p. 41.

²¹ Ibidem, p. 9.

Dois meses depois de sua fundação, em outubro de 1942, a Comissão Estadual da LBA foi instalada em Florianópolis, capital de Santa Catarina. Em seguida foram inaugurados 43 centros municipais, os quais tinham como tarefa prestar assistência social, angariando fundos através de festas, chás beneficentes, enquanto não vinham os recursos oficiais.²² Em Chapecó, a instalação definitiva da LBA ocorreria apenas em 1943. A partir de então, é possível observar redes discursivas e intervenções bem específicas, com o objetivo de construir uma Chapecó mais moderna e civilizada. Tais discursos circularam visando fixar na cidade modelos hegemônicos pretensamente burgueses de família e de infância e, nessa clave, elegeram como alvos principais as mulheres mães e as crianças chapecoenses.

Chapecó e a instauração de uma nova ordem

A inteligibilidade do processo de construção de civilidade e moralização da sociedade chapecoense na década de 1940 passa pelo entendimento das políticas anteriores relativas à colonização da região. Convém lembrar que esse processo ampara-se nos pressupostos da colonização europeia no país. Sobre os descendentes de europeus vindos das colônias velhas do Rio Grande do Sul investiam-se ideias e depositavam-se expectativas de civilidade e progresso. E, partindo-se do pressuposto de que as teorias evolucionistas e eugenistas circulavam nos anos 1920, pode-se supor que o branqueamento da população também era bastante desejável com a vinda desses imigrantes. Esse projeto colonizador da região deixava bem claro que a preferência por descendentes de europeus excluía ou ocultava o elemento caboclo do Oeste Catarinense.

O início do século XX foi marcado pela difusão da imagem da região como uma grande área abandonada, com escassa população e que por isso necessitaria de efetiva colonização para garantir a sua posse. Esse hiato certamente constituía-se como uma importante preocupação para o poder estadual, que via necessidade de integrar a região ao estado. A estratégia de ocupação e delimitação da região Oeste envolveu um casamento entre o governo estadual e as empresas colonizadoras, que incentivaram a vinda de imigrantes, dando início ao processo de ocupação do lugar. “A solução viria com a colonização, cujo modelo dar-se-ia pelo assentamento de descendentes europeus, portadores do progresso e da civilidade”.²³ Foram

²² LBA. *Relatório*, 1942 – Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, s/d.

²³ RENK, A. *A luta pela Erva: um ofício étnico da nação brasileira no Oeste Catarinense*. Chapecó: 2006. p. 32.

as empresas colonizadoras – principalmente, no caso de Chapecó, a Empresa Colonizadora Bertaso – que veiculariam expressões como “progresso e desenvolvimento” e enunciariam a região como opulenta em recursos naturais e extensão geográfica, com uma população voltada para o “trabalho, a luta e o sacrifício”.²⁴

Os relatos da viagem do então governador Adolfo Konder, o primeiro governador a visitar oficialmente a região Oeste, em 1929, denotam fortemente o desejo da “transformação de um vazio, o deserto num Éden, numa nova canaan”,²⁵ objetivo que seria alcançado com a participação da “inteligência e do braço do homem disposto a trabalhar”, representado pelos imigrantes. Os *obreiros da civilização* seriam os colonos nascidos no Rio Grande do Sul, “descendentes de alemães e italianos, toda uma gente forte e decidida, disposta ao trabalho, levando aqueles rincões, até há pouco incultos por abandonados a prosperidade e riquezas”.²⁶

Sobre as razões oficiais da viagem do governador Adolfo Konder, afirmava-se que o objetivo era inteirar-se das necessidades da região, para integrá-la definitivamente à comunidade catarinense, demonstrando aos vizinhos do Rio Grande do Sul, do Paraná e da Argentina a intenção do Estado de exercer soberania sobre as terras do Oeste. Os registros de viagem evidenciam o investimento tanto na construção da brasilidade quanto na própria divulgação identitária relacionada à representação do catarinense. Mas quem seria esse catarinense? Mesmo ocultando-se as populações negras, indígenas e mestiças nessa equação identitária, ainda restaria resolver a heterogeneidade histórica e cultural relativa às diferentes ascendências europeias, como a portuguesa, mais predominantemente no litoral; a germânica no Vale do Itajaí e no Nordeste do estado; a italiana no Sul; e assim por diante. Nessa operação a região Oeste escancarava ainda mais as fissuras e fraturas do processo que visava amalgamar a região como catarinense e brasileira.

Segundo Arlene Renk, o projeto de construção e integração do Oeste constrói-se *a posteriori* do projeto de nação brasileira. Além disso, a região apenas passaria a ser denominada de Oeste Catarinense a partir do Estado Novo – antes constava nos mapas como zona desconhecida, zona despovoadada. “Ora era o sertão nacional, contrapondo-se aos Campos de Palmas, ora

²⁴ Ibidem, p. 23.

²⁵ BOITEUX, J. A. *Oeste Catarinense*: de Florianópolis a Dionísio Cerqueira. Florianópolis: Alberto Entres & Irmãos, 1931, p. 7-8.

²⁶ Ibidem, p. 10

era sinônimo de área inóspita e limítrofe (com fronteira internacional em disputa)”²⁷

Mesmo que a denominação “Oeste Catarinense” tenha sido forjada no Estado Novo, é certo que antes disso havia a preocupação de garantir a posse e a integração definitiva da região. Para tanto o governo de Santa Catarina implantaria uma política de povoamento que se arrastava desde os fins do século XIX, com imigrantes de origem italiana e alemã, procedendo do Rio Grande do Sul. Afinal, o discurso pautava-se na ideia de que a população de indígenas, africanos e portugueses e seus descendentes vivia do extrativismo e da agricultura de subsistência, o que contrastava com um ideal do Brasil de vocação agrícola. Preencher esse “vazio demográfico” significava preencher os espaços com o progresso pautado numa cultura que fizesse frente à cultura dos antigos habitantes da região.

Se a política do Estado Novo estava voltada à constituição de uma nação forte e homogênea, no Oeste Catarinense e mais especificamente em Chapecó, percebe-se que a construção dessa “comunidade imaginada”²⁸ promoveu o surgimento de políticas públicas que colaborassem também para a consolidação da ideia de nação brasileira. Entre o período de 1920 a 1940, consolidavam-se discursos sobre civildade e progresso ligados à chegada dos imigrantes à região. Observa-se também a partir disso a efetivação do recorte regional do Oeste como “terra do trabalho” ou “celeiro do Sul do país”, juntamente com um discurso que procurava forjar novas identidades de gênero e novas formas de definição e redefinição de família, em oposição a uma imagem de terra de ninguém, de banditismo e caudilhismo, mais visível e divisível.

No governo de Nereu Ramos observa-se uma reiterada preocupação em integrar o Oeste ao território de Santa Catarina e este à pátria. Os discursos do período dão a ler que a ideia de “pátria comum” só seria realidade com a integração do território e com o abraqueiramento dos catarinenses. O Departamento Estadual de Estatística (DEE), criado no final de 1936, foi incumbido de investigar e mapear a realidade catarinense, evidenciando a preocupação com o espaço social. Boletins²⁹ eram publicados periodicamente informando aspectos considerados relevantes sobre as condições de vida da população, fornecendo, assim, subsídios para a promoção de movimentos

²⁷ RENK, A. *Narrativas das diferenças*. Chapecó: Argos, 2004, p. 2.

²⁸ Expressão emprestada de Benedict Anderson, que define nação como “uma comunidade politicamente imaginada”. Cf. ANDERSON, B. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989. p. 14.

²⁹ SANTA CATARINA. *Serviço de Informações*. Florianópolis: Departamento Estadual de Estatística, jun. de 1942.

integradores, de caráter nacionalizador. Em relação à afirmação da brasilidade do Estado, o Decreto-lei n.88 de 31 de março de 1938 constitui marco importante, pois proibia os descendentes de imigrantes de usar o idioma de origem, mesmo na esfera privada. Escolas nas zonas coloniais que não se adaptassem aos dispositivos legais, sobretudo no que concernia à língua, eram fechadas. Urgia, neste cenário, abrigar os descendentes dos imigrantes europeus outrora tão desejados.

Num discurso político proferido no banquete oferecido a Getúlio Vargas – por ocasião de sua visita a Santa Catarina em março de 1940 –, entre outros dados administrativos que informam a adesão do Estado ao projeto estadonovista, Nereu Ramos assinala:

Ao deflagrar a revolução de 1930 que vossa excelência tão bem definiu como “a cristalização lenta, laboriosa, invencível do pensamento obscuro da nacionalidade” atribuía Santa Catarina ao ensino primário 13,5% do orçamento. Nos últimos exercícios atingiram os gastos anuais com esse serviço a mais de 20%, sem levar em conta os realizados com a construção, reconstrução e aparelhamento de edifícios escolares. Existiam àquela época 26 grupos escolares com 177 classes e 802 escolas isoladas, sendo 695 estaduais e 107 municipais. Funcionaram no ano passado 56 grupos com 463 classes, 1123 escolas isoladas estaduais e 1047 municipais. Uma única escola normal secundária contava o Estado. Atualmente, além de duas oficiais, transformadas em Institutos de Educação, funcionam cinco particulares, dentre as quais algumas subvencionadas pelos poderes públicos do Estado e dos municípios, que sobre todas exercem permanente fiscalização. Com os serviços de higiene e assistência públicas despendiam-se anualmente menos de cem contos de réis, andam agora em cerca de dois mil contos os gastos, não computados os feitos com a construção e instalação dos edifícios indispensáveis. Trabalham atualmente os Centros de Saúde de Florianópolis, Itajaí, Joinville, nos moldes dos existentes em outras unidades da República. Dentro em pouco, em prédios especialmente construídos, estarão funcionando os de Lages, Laguna, Tubarão e Canoinhas. [...] Definem e retratam esses algarismos e esses esclarecimentos alguns aspectos da vida administrativa catarinense. Refletem o desenvolvimento do Estado e mostram a sua constante preocupação de não desconformar da obra de renascimento nacional que a Vossa Excelência soube dirigir, como chefe predestinado e insubstituível dos dois movimentos que “puseram de pé o Brasil”, para a marcha triunfal dentro do continente americano e dentro da civilização universal.³⁰

Hipotecava-se à educação e à saúde da população a responsabilidade do “renascimento nacional”. Localizavam-se nesses lugares os pilares da “marcha triunfal” que levaria o Brasil ao progresso e à civilização. Para a

³⁰ RAMOS, N. *Discursos*. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 1943. p. 107-108.

historiadora Silvia Maria de Fávero Arend, políticas de gestão da população considerada pobre e doente, bem como a disciplinarização do trabalhador, ganharam vulto em Santa Catarina entre 1930 e 1945. Com a ascensão dos membros da família Ramos ao poder político ao estado, na década de 1930, políticas públicas de caráter nacional do governo varguista foram levadas a cabo em âmbitos regional e municipal. Após a década de 1930 um projeto de gestão da população ganhou feições de abrangência nacional. Em tal projeto não apenas o trabalhador sofreria intervenções, mas também as famílias, às quais se investiriam ações visando à imposição da norma familiar burguesa.³¹

Nesse movimento observam-se fortemente o reordenamento do contexto escolar do Estado e a criação das instituições de reclusão e de assistência, especialmente em Florianópolis. Pode-se afirmar que o governo de Nereu Ramos investiu numa série de práticas que objetivavam homogeneizar, normalizar e controlar a população catarinense. As práticas de caráter educativo-assistencialista incluíam a criação de um conjunto de instituições e serviços tais como abrigos de menores, a inauguração de vários hospitais (entre eles o Hospital Psiquiátrico Colônia Sant’Ana, em 1941), a construção de centros ou postos de saúde e até a proibição do uso de língua estrangeira nos estabelecimentos escolares, que atingiria sobremaneira as zonas coloniais do Estado. Deve-se citar também a “atenção aos menores”, que implicava vigilância e intervenções tanto sanitárias quanto cívico-patrióticas sobre as crianças e as famílias. A *Semana da Criança* é um exemplo dessas intervenções. Marcada por grandes comemorações, as atividades da *Semana da Criança* eram organizadas pelas escolas em conjunto com o Juizado de Menores e a LBA. É importante lembrar que esse evento era nacional, sob responsabilidade do Departamento Nacional da Criança, que, por sua vez, encaminhava aos estados as providências a serem tomadas para a realização de cada *Semana*.

Em 22 de julho de 1943 o Departamento de Educação de Santa Catarina emitiria a circular n.75, endereçada aos inspetores escolares, auxiliares de inspeção, diretores e professores de ensino, a qual informava e solicitava providências sobre a *Semana da Criança* a ser realizada entre os dias 10 e 17 de outubro de 1943 em todo o estado. A circular trazia cópia de ofício enviado pelo Departamento Nacional da Criança ao interventor Nereu Ramos, datado de 28 de junho de 1943:

³¹ AREND, S. M. F. *Histórias de abandono: infância e justiça no Brasil (década de 1930)*. Florianópolis: Mulheres, 2011. p. 89.

Senhor interventor:

Novamente apelo para o alto espírito de patriotismo e colaboração de V. Excia. no sentido de fazer comemorar na capital e nas cidades do interior a Semana da Criança de 1943, a realizar-se de 10 a 17 de outubro próximo e cujo tema principal será a “infância abandonada”. Brevemente remeterei a V. Excia. uma publicação especial sobre o plano dessa Comemoração, que obedecerá em linhas gerais ao que foi adotado no ano findo. Seria para o Departamento motivo de grande satisfação, se V. Excia. fizesse uma exortação as autoridades estaduais e municipais, no sentido de contribuírem com esforço e entusiasmo para a campanha projetada. Confiante na decidida cooperação de V. Excia. a essa iniciativa, considerada como o ponto de partida de vasto movimento nacional de propaganda em favor da maternidade e da infância, valho-me da oportunidade para apresentar a V. Excia. as minhas saudações atenciosas. (Ass. Olinto de Oliveira, Diretor)

Ao Sr. Dr. Nereu de Oliveira Ramos
M.D. Interventor Federal no Estado de Santa Catarina.³²

O entusiasmo “em favor da maternidade e da infância” circulava entre autoridades que chamavam para si a responsabilidade de liderar no âmbito local ações que promovessem o progresso da nação. A LBA estava bastante envolvida nas atividades da *Semana* em Santa Catarina; a instalação da LBA no estado inclusive fez parte das comemorações da *Semana da Criança* de 1942, em Florianópolis. Em 1943 a comissão estadual da LBA participaria ativamente da organização da *Semana*, conforme se depreende do convite feito às autoridades:

O Governo do Estado e a presidência da LBA em Santa Catarina convidam as autoridades civis, militares e eclesiásticas, as legionárias e socorristas, a Liga de Defesa Nacional, a Cruz Vermelha Brasileira (filial neste Estado), as associações culturais e de classes, a imprensa, o comércio e o povo em geral para assistirem às celebrações da “Semana da Criança”, que transcorrerá de 10 a 17 do corrente (1943), abrindo-se com uma sessão solene, às 19:30 do dia 10, no salão do Clube “12 de Agosto”.³³

Os relatórios da LBA deixam claro seu envolvimento e implicação na organização das atividades da *Semana*, associada ao espírito de um sentido verdadeiramente nacional e um cunho de alto patriotismo. A *Semana da Criança* foi realizada em Santa Catarina de 1942 até a década de 1950, e

³² SANTA CATARINA. *Circulares 1943-1944*. Secretaria da Justiça, Educação e Saúde. Departamento de Educação. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1945. p. 71.

³³ SANTA CATARINA. *Semana da Criança*. *Diário Oficial*. Florianópolis, n. 2599, 08.10.1943, Ano X. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

Legião Brasileira de Assistência e o “projeto civilizador” instaurado em ...

suas atividades transcendiam o espaço escolar, reunindo diferentes instâncias que davam relevo às políticas governamentais voltadas para o amparo e proteção à infância. Mesmo após 1945 a comissão estadual da LDB seguia apelando às legionárias para que participassem das comemorações. Estas também eram exortadas a incluir nas festividades “todas as crianças ricas, pobres, pequenas e grandes”.³⁴

Em Chapecó, apenas encontramos informações relativas à *Semana da Criança* a partir de 1948:



Programa da *Semana da Criança*, Chapecó, 1948.³⁵

Todos os segmentos sociais do município foram conclamados a resolver um dos grandes problemas sociais que afetavam seu progresso: a mortalidade infantil. Era preciso sensibilizar a sociedade chapecoense sobre a significação das crianças para o fortalecimento da nação, já que seriam os futuros cidadãos. É importante destacar o interesse em convocar

³⁴ LBA. *Relatório*, 1948. Florianópolis, p. 110. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

³⁵ *Ibidem*.

a sociedade no envolvimento dessas práticas, para com isso despertar o sentimento de infância na família que se queria naquele momento, associada com cuidados, higiene, saúde, moralidade e civilidade. Essa semana era organizada com palestras nas escolas com alunos e pais, filmes educativos aos alunos, concursos e festa no Clube Recreativo Chapecó. Além disso, várias reportagens veiculavam a programação da *Semana de Criança* com o tema mortalidade infantil. Referente a esse assunto, no dia 15 de outubro realizou-se na Escola Básica Marechal Bormam uma conferência envolvendo professores, prefeito, médicos e pais de alunos para explicar as causas da mortalidade infantil.³⁶ Além disso, era também durante a *Semana da Criança* em Chapecó que se realizavam concursos infantis como: *Robustez Infantil*, *Garoto do Ano*, *Rainha das Bonecas*, *desfile de moda infantil*. Esses concursos eram termômetros de constatação que verificavam se a população estava aderindo a essas políticas de saúde implantadas nos postos de puericultura.

Ao mesmo tempo que difundiam o projeto estadonovista, as escolas e os postos de saúde constituíam-se também em importantes alvos de intervenção. Tal política estava diretamente associada à preservação e manutenção da estrutura familiar, responsável, em primeira instância, pelo modelo da sociedade brasileira e pela representação de “bons cidadãos” que tal projeto político sustentava. Um dos meios para concretizar tal ideia é retratado através de matérias veiculadas pelo jornal *A Voz de Chapecó*, o que as torna práticas normalizadas e naturalizadas. O jornal traz enunciados sobre o sentimento de educação que queria despertar na população: “ensino primário e educação dos sentimentos” (por Ozires).

Há de nascer, do sorriso sadio de todos, um ambiente moral agradável e uma disciplina fora dos programas de ensino, mas que está, indiscutivelmente, dentro dos princípios da sabedoria e bom senso. [...] o aluno que tenha conseguido a educação e cultura dos sentimentos será depois, uma agradável criatura, acessível, bem-humorada, distribuindo ao longe de sua vida o sorriso que anima, a palavra que encoraja e o gesto que exige imitação. “Rosseau, o filósofo e autor inesquecível, que nos legou o ‘Contrato Social’ e ‘Emílio’, sentenciou certa vez, num tanto intranquilo que ‘o homem nasce bom e a sociedade o corrompe’. Direi que nem bom nem mau nasce o homem; nasce, sim, amoldável, como se fora argila mole em mãos mais ou menos hábeis. E estas mãos hábeis ou inábeis de que falo são: - pais, professores, amigos, ambiente. [...] Da educação dos sentimentos surgirão os homens de bem, e os professores têm parte importante nesta reconstrução espiritual da humanidade. [...] Esta Educação dos Sentimentos é importante e quando não possa dar homens sábios nos dará, pelo menos, homens bons.”³⁷

³⁶ Ibidem.

³⁷ *A Voz de Chapecó*, 16 de setembro de 1945, p. 2.

A educação dos sentidos, vista por essa ótica, passa por uma reestruturação do ser humano e faz uma prospecção de como deve ser a pessoa. Porque ela não nasce nem boa nem má, e nesse sentido precisa ser moldada, ajustada dentro daquilo que é bom, ou melhor, do que seja moralmente justo. Dessa forma, constituir-se-ia como cidadão, tornando-se um homem íntegro e que possa responder às exigências da sociedade em ascensão. Assim, a família, os agentes de saúde e os educadores passam a ser responsabilizados por tal formação.

A construção do sentimento nacional ficaria, em parte, sob responsabilidade da educação escolar. Da escola dependeriam também a construção e a consolidação do projeto de sociedade almejada. A instituição de hábitos moralizantes e costumes regrados passava pela organização familiar. Dessa forma, a família deveria tornar-se o alicerce dessa nova ordem. É nessa estrutura que o Estado Novo estabelece uma política de vigilância e controle familiar, o fundamento da construção de um Estado nacional moderno, civilizado e desenvolvido. Essas práticas modernizadoras e nacionalizantes pretendiam alcançar os espaços sociais e interferir neles: a família, a escola e as instituições em geral ordenando a vida das pessoas, bem como suas condições de moradia, lazer, comportamento e trabalho.

É importante ressaltar que o jornal *A Voz de Chapecó* foi grande aliado e propulsor de um discurso de representações de cuidados com a criança pela LBA. Era preciso acabar com a mortalidade infantil. O chefe do Posto de Saúde de Chapecó divulgava a informação de que, no centro urbano de Chapecó, de 100 crianças nascidas 30 morriam, frisando ainda que no interior do município a mortalidade era ainda maior, devido à ignorância e ao nível cultural das famílias. Ocorre que a preocupação em mostrar a mortalidade infantil fez com que o jornal relatasse a negligência das mães com a criança. Além disso, quando o jornal alude ao cotidiano das crianças é perceptível o investimento em associá-las com falta de higiene e de cuidados e estas às doenças. Diferentes notícias referiam-se aos médicos como os “delegados da saúde”. As preocupações médicas com a preservação da infância são enunciadas importantes nessas notícias que vão trazer uma série de conselhos às mães, como tratamento e alimentação, vestuários, higiene em relação à criança etc. O poder médico procurou legitimar-se como orientador da família e os médicos como porta-vozes autorizados de uma ação governamental.

O jornal *A Voz de Chapecó* defendia reiteradamente os serviços de saúde pública e o trabalho dos higienistas. Em suas matérias, apresentava explicações sobre os princípios da puericultura e sua importância no

aperfeiçoamento da raça dentro de uma lógica eugenista, cujo discurso inseriu-se na lógica científica e, portanto, caracterizava-se como uma construção de verdade autorizada.

A puericultura pré-concepcional, por sua importância, consiste na ciência constituinte na ciência à parte que chamaremos de Eugenia. Eugenia ou hominicultura, segundo o professor Laudouzy, é a ciência que estuda os meios de melhorar, física e moralmente, a espécie humana; quem dera que pudessemos conseguir uma espécie forte e sadia, expurgando os indivíduos doentios, indolentes, incapazes, criminosos, e anormais, então segundo a palavra de “R. Kiel”, o que não é utopia, os descendentes de Adão viveriam novamente no Éden Terrestre, depois de haverem tão cruelmente, e por milênios pago o pecado original.³⁸

Nos anos 1920 e 1930 compreendia-se a eugenia como a ciência que estuda a reprodução, o melhoramento e a saúde da raça humana, bem como as melhores condições para a influência da medicina. A distribuição discursiva amparada nesses princípios iria se afirmar como uma corrente que condenava “os contágios entre pessoas de etnias diferentes como fonte de degeneração racial e de degradação moral”.³⁹

O enfoque do discurso estava nas estratégias pensadas em termos de uma construção sadia e robusta da população chapecoense. O discurso da puericultura que circulava nos postos de saúde e nas *Semanas da Criança* era de cunho eugênico e tinha por finalidade convencer a população dos benefícios que a puericultura acarretaria para a sociedade, pois por meio dela homens, mulheres e crianças não sofreriam mais com doenças e padeceriam no paraíso. A missão da puericultura era salvar vidas e acabar com o sofrimento dos pais que tentavam incansavelmente “arrancar a criança da doença e da morte prematura”.⁴⁰

O Posto de Puericultura trouxe um novo sentido de vida e de tempo. Com um saber autorizado pela ciência, adquiriu autoridade para estabelecer normas capazes de reduzir a mortalidade infantil e a maioria das doenças que assolavam a população, formando uma nova sociedade, constituída por adultos saudáveis.

³⁸ *A Voz de Chapecó*, 20 de julho de 1947, p. 5.

³⁹ ADORNO, S. Prefácio. In: MARQUES, V. R. B. *A medicalização da raça: médicos, educadores e discurso eugênico*. Campinas: Editora da Unicamp, 1994. p. 15.

⁴⁰ GÉLIS, op. cit., p. 310.

LBA e a medicalização na gestão da população

Foi durante o reinado da rainha Victoria que a humilde cabana de um guarda florestal do castelo de Balmoral, norte da Escócia, tornou-se palco de um drama humano. Nela havia uma criança seriamente doente, a rainha telegrafou a Londres pedindo o comparecimento do seu médico particular, Sir James Clark, que veio de trem especial e permaneceu ao lado da criança até a crise passar. Em 1891, a rainha Victoria encomendou ao pintor Sir Luke Fildes, da Real Academia, que perpetuasse o fato em um quadro, assim imortalizando a dedicação do médico.⁴¹

Essa citação foi encontrada num papel amarelado guardado entre as miscelâneas do acervo privado do médico Darcy de Camargo. Resolvemos citá-la numa tentativa de delimitar tanto o lugar desse médico na implantação dos ideais modernos relativos ao cuidado e gestão da população na cidade quanto a inscrição de um novo modelo – fortemente alocado à medicalização – para a cidade, até então bastante esquecida em relação às políticas públicas de educação e saúde, principalmente.

O quadro ao qual a citação se refere chama-se *The Doctor*, datado de 1887⁴². A cena retratada fixa uma dada memória sobre a prática médica e sobre a importância do “doutor”, o médico, na vida das pessoas. Vários manuais de cuidado de crianças usaram essa imagem para ilustrar e fixar sentidos sobre o papel do médico, da medicina oficial no cotidiano da população. O fato de o médico Darcy de Camargo ter preservado esse fragmento entre seus “guardados” é indício de sua importância, ao menos para o médico. Da mesma forma tal episódio parece fornecer a caracterização da profissão do médico que se estende através dos séculos, o lugar daquele que cuida, zela pela saúde. Sua descrição de certa forma também revela o drama vivido pela população pobre por falta de assistência médica. A falta de assistência médica era considerada a grande causadora de mortalidade infantil na cidade de Chapecó. Com base no diário de anotações do médico Darcy de Camargo, pode-se observar que não havia assistência médica adequada e as dificuldades para se ter acesso a ela eram enormes.

Automóvel não se tinha para o transporte. Para chegar à cidade mais próxima, em que havia assistência médica, no caso a cidade de Joaçaba, levava-se doze horas de viagem, isso quando não chovia. Para se tentar fugir das doenças, buscava-se socorro em receitas caseiras como usar pó de café, teia de aranha para estacar o sangue que escorria de ferimentos na roça. Mas, quando

⁴¹ Autor não identificado. Acervo da família do médico Darcy de Camargo.

⁴² Disponível em: <www.tate.org.uk/tateetc/issue8/microtate.htm>. Acesso em: 15 março 2010.

chegavam doenças como tétano, pneumonia, disenteria, desidratação e outras, muitas vidas eram levadas por falta de assistência médica.⁴³

O médico Darcy de Camargo chegou à cidade em 1943, vindo de Curitiba/PR, e ali se estabeleceu. Foi o primeiro médico a viver na região, e sua especialidade era a pediatria. Os atendimentos aos doentes aconteciam em domicílios, porque não havia hospital. Os relatos do médico dimensionam os atendimentos que aconteciam nas casas das famílias e a própria falta de estrutura: “era comum sair para atender um chamado logo ali e chegar horas depois ou só no dia seguinte. Essa demora às vezes custava a vida do doente. As estradas eram picadas, o trajeto era feito a cavalo ou a pé até a residência do doente”.⁴⁴

Devido à precariedade das ações relativas a saúde, em 1946 foi construído o Hospital Santo Antônio, de madeira e com recursos reduzidos para atender os doentes. Porém, mesmo com a instalação do hospital a dificuldade continuava. Nas anotações do médico Darcy de Camargo fica claro que a febre e o tifo eram as doenças mais preocupantes da época. Famílias inteiras vinham à procura de recursos médicos, “alguns já estavam consumidos pela febre, e já não havia mais o que fazer”. Essas epidemias, que assolavam a região, roubavam muitas vidas e anualmente os episódios se repetiam. A falta de antibióticos foi uma das maiores causas dos óbitos à época.⁴⁵

Ainda segundo o médico, o grande fantasma que assolava a população era a mortalidade infantil. Entre os fatores citados que contribuíam para a elevada taxa de mortalidade infantil estavam a falta de condições higiênicas de habitação e alimentação, a ignorância dos pais e também fatores econômicos e sociais. Cabe ressaltar que a taxa de mortalidade infantil era muito alta no Brasil, não sendo diferente em Chapecó. O Brasil da década de 1940 apresentava uma taxa da mortalidade de 150 mortes por 1000 nascidos vivos⁴⁶, embora segundo estudos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) esse número já fosse resultado lento, mas consistente, de queda de mortalidade. A partir da Segunda Guerra Mundial o processo de transição da mortalidade infantil de alta para baixa parece ter sido um fenômeno de escala mundial. As intervenções do Estado para solucionar os

⁴³ CAMARGO, D. *Diário de anotações*, 1944. Acervo da família.

⁴⁴ *Ibidem*.

⁴⁵ *Ibidem*.

⁴⁶ IBGE. *Evolução e perspectivas da mortalidade infantil no Brasil*. Disponível em: www.ibge.gov.br/home/...mortalidade/evolucao_mortalidade.pdf. Acesso: 25 agosto 2009.

problemas relacionados à mortalidade foram implementadas na década de 1940, redundando naquilo que os especialistas classificaram como uma “revolução na saúde”.

O discurso da LBA construiu-se voltado à família nuclear, que valorizava e incentivava a existência de um pai provedor e uma mãe dona de casa, objetivando assim o desenvolvimento da criança. É com base nessas representações – que respaldavam as intervenções sobre o corpo da criança – que a LBA, a partir de 1945, priorizaria a assistência à maternidade e à infância. Era preciso traçar ações de projeção da construção de um amanhã. Essas preocupações estavam ligadas com o presente da cidade. A criança e o jovem seriam os novos protagonistas ou alvos desses discursos. O jornal *A Voz de Chapecó* traz vários enunciados ligados com “a formação intelectual e moral da criança e da juventude”,⁴⁷ que não estavam somente relacionadas com o presente de Chapecó, mas refletiam toda uma expectativa de nação. Para Fúlvia Rosemberg essas apreensões com o futuro fizeram com que a LBA atuasse numa perspectiva preventiva junto à infância por meio de ações de conotação eugênica, no sentido de que suas atividades e seus recursos atuavam na defesa da raça, nos cuidados com as mães das crianças e das crianças: os brasileiros do amanhã.⁴⁸

Nesse momento de intervenções das quais a sociedade estava sendo alvo, falar em criança era falar em profilaxia, em prevenção. A atenção com o corpo da criança também redundou na preocupação com a mortalidade infantil, sobretudo no primeiro ano de vida. A criança vira alvo das ações médicas e sobre ela são criadas políticas bastante específicas. Esse novo olhar sobre a criança impõe outra relação com a saúde. Fundam-se aí as bases da puericultura no Brasil, definida como a “ciência que trata da higiene física e social da criança”.⁴⁹ Os princípios da puericultura estavam associados à higiene, à maternidade e à infância; “tem origem em movimento nascido na Inglaterra e na França no século XVIII sobre as nações da conveniente criação humana”.⁵⁰

Em 1947, o posto de puericultura supervisionado pela Comissão Municipal da LBA começa a prestar atendimentos em Chapecó. Foi nomeado para

⁴⁷ *A Voz de Chapecó*, 08 de setembro de 1947, p. 05.

⁴⁸ ROSEMBERG, F. A LBA, o projeto Casulo e a doutrina da segurança nacional. In: FREITAS, M. C. de (org.). *História social da infância no Brasil*. São Paulo/Bragança Paulista: Cortez, UFS-Ifan, 1997. p. 140.

⁴⁹ GESTEIRA, M. *Puericultura: higiene física e social da criança*. Rio de Janeiro: Atheneu, 1957. p. 109.

⁵⁰ LESSA, G. de S. *Assistência à infância: a experiência inglesa e suas lições*. São Paulo: Editora Nacional, 1937. p. 109.

o cargo de diretor do posto o médico Darcy de Camargo. Essa instituição visava atender as crianças pobres. Inicialmente o posto de puericultura começou a funcionar em um prédio cedido pela Sociedade Hospitalar Santo Antônio do município, com serviço de pré-natal ou maternidade, serviço infantil e lactário. Assim como os demais postos que vinham sendo inaugurados no Estado, este contava com a seguinte estrutura: ambulatórios de higiene pré-natal e higiene da criança; sala da secretaria; cantina da maternidade, onde as senhoras lactantes inscritas no centro podiam tomar diariamente suas refeições; secção de vestuários e lactantes, divididos em duas alas, de recebimento e entrega de mamadeiras; cozinhas dietéticas; sala de triagem onde são realizados exames na criança para ter ingresso na creche, visitas das visitadoras atendentes em suas casas; e uma sala de amamentação.⁵¹

A *Voz de Chapecó* informa a inauguração do Posto de Puericultura na cidade e publica o ofício assinado por Elsa F. Bertaso, então presidente da Comissão Municipal da Legião Brasileira de Assistência.

LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. ESTADO DE SANTA CATARINA

Com a máxima satisfação abrimos espaço para publicação do seguinte ofício que recebemos:

Chapecó 10 de setembro de 1947.

Neste:

Tenho o prazer de comunicar a esse conceituado semanário, que foi inaugurado o posto de puericultura, desta cidade, supervisionado pela Legião Brasileira de Assistência, que tem por finalidade o amparo a maternidade e infância pobre. O posto está sob a direção do abalizado médico Dr. Darcy de Camargo, chefe do posto de saúde local, tendo como enfermeira a professora Diva Lorenzen, que atenderam gratuitamente, todos os dias úteis das 9 horas às 12 horas, no mesmo prédio onde funciona o posto de saúde.

Grata pela publicação, aproveito a oportunidade para apresentar as minhas: Saudações cordiais.⁵²

Os serviços disponibilizados pelo posto gratuitamente incluíam: “pré-natal, maternidade, serviço infantil e lactário”. A partir da instalação desses serviços em Chapecó emerge uma nova concepção de saúde para a população e as mães necessitadas. Cada mãe que cadastrasse seu filho no programa de atendimento do posto de puericultura tinha distribuição diária de leite e de mamadeiras. Em atendimentos médicos e de vacinação, eram dados conselhos às mães sobre a higiene da criança desde o pré-natal, instruindo-se

51 LBA. *Relatório*, 1944. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Florianópolis.

52 *A Voz de Chapecó*, 10 de setembro de 1947, p. 4.

como evitar doenças infecciosas. Esse programa também permitiu o aparecimento de trabalhos voltados à prevenção e com isso buscava a redução da mortalidade infantil. A mãe e a criança pobres foram alvos privilegiados do Estado. Essas medidas levaram naturalmente à queda da mortalidade infantil, porque as mães pobres e trabalhadoras encontravam agora novos meios para criar seus filhos.

As preocupações com a infância tinham como pano de fundo as questões nacionalistas, relacionadas ao processo de normalização da sociedade brasileira. Na tentativa de formação dessa nova sociedade, a condição da criança foi sendo redefinida, passando de um papel secundário e indiferenciado à condição central para o alcance do progresso. Assim, as ideias da puericultura trariam para Chapecó as preocupações com alimentação, brinquedos, tratamentos diferenciados, dentição, desenvolvimento físico e moral. Descobre-se a infância, que assume um espaço próprio e uma demanda de atenção particular, através de seus cuidados.

A criança torna-se objeto privilegiado do projeto da medicina social, encampado pela LBA, conforme seus relatórios evidenciam:

Secção higiene Pré-Natal:

30 gestantes inscritas, 6 encaminhadas a maternidade, 26 partos, todos nativos, sendo que 15 crianças do sexo feminino e 11 do sexo masculino. Secção higiene Pré-Escolar: 59 pré-escolares inscritos, 108 consultas, 73 injeções aplicadas, 32 receitas fornecidas, 66 imunizações, 10 demonstrações a mães. Secção higiene Infantil, 68 Infantes inscritos, 191 atendimentos, 46 Receitas fornecidas, 39 prescrições de regimes, 23 imunizações, 19 demonstrações a mães na cozinha dietéticas. Secção da cozinha dietética: 1.029 atendimentos de criança com menos de um ano. 82 atendimentos de criança com mais de um ano. 5.736 mamadeiras distribuídas.⁵³

Michel Foucault analisa que no século XVIII, em alguns países ocidentais, a estatística, também tida por ciência do Estado, era usada como instrumento essencial no governo das populações de acordo com a conveniência do momento.⁵⁴ Em Chapecó, essas estatísticas são percebidas com a implementação do Posto de Puericultura, que passa a contabilizar o número de atendimentos às mães e às crianças, estratégia que foi bastante utilizada nos discursos justificadores das políticas públicas de controle da população.

Os números divulgados relativos aos atendimentos prestados pelo Posto de Puericultura em Chapecó às mães e às crianças evidenciam

⁵³ LBA. *Relatório*, 1950. Arquivo da Previdência Social. Florianópolis.

⁵⁴ FOUCAULT, M. Op. cit., p. 243-276.

intervenções do poder público e do poder científico sobre as camadas populares. Essas intervenções muito provavelmente contribuíram para instituir no imaginário da cidade o conceito de saúde e a certeza da cura das doenças e o controle sobre os corpos, principalmente das mulheres e das crianças. Convém reforçar que a “luta contra a mortalidade infantil” estava em curso na cidade.

Os serviços do Posto de Puericultura espalhados pelo território estadual “são prova evidente de carinho dispensado pelo governo do Estado ao nosso mundo infantil”.⁵⁵ Essa preocupação do governo com a população infantil é refletida através da cozinha dietética, das repartições de saúde e das instalações na quase maioria dos grupos escolares estaduais, além do preparo de sopas escolares, dos lactários, das salas de exames de pré-natal, dos cuidados dispensados às mães, antes e após a maternidade. Assim, esses serviços evidenciam “tudo o que o governo estadual tem feito no sentido do fortalecimento da criança, adaptando para os dias de amanhã, quando então já adulto será um ente útil à pátria e à comunhão social”.⁵⁶

Outro aspecto trazido pelo prefeito Serafim Bertaso e publicado pelo jornal *A Voz de Chapecó* fazia referência “à vigilância sanitária da cidade, como os cuidados, com a água ao fazer privadas perto do poço, pois estava gerando doenças na população”.⁵⁷ Esses e outros discursos evidenciam a existência de preocupação higienista com a população e seus costumes. Como escreve Jurandir Freire Costa, “desde o século XIX a medicina apossou-se do espaço urbano e imprimiu-lhe as marcas de seu poder”.⁵⁸ Por meio desses discursos constata-se que Chapecó estava vivenciando ações direcionadas à criação de uma estrutura de saneamento e higienização da cidade, visando à erradicação das condições propícias para a proliferação de doenças.

Essa preocupação com os cuidados relativos à saúde da criança também pode ser percebida no discurso do médico Darcy de Camargo, que no dia da inauguração do Posto de Puericultura fez o seguinte pronunciamento:

Esperamos que a população chapecoense, culta e humanitária, reconheça o valor inestimável desta organização que irá beneficiar, não somente a infância

⁵⁵ LBA. *Relatório*, 1944. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Florianópolis.

⁵⁶ LBA. *Relatório*, 1948. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Florianópolis.

⁵⁷ *A Voz de Chapecó*, 15 de setembro de 1948, p. 4.

⁵⁸ COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1983. p. 30.

Legião Brasileira de Assistência e o “projeto civilizador” instaurado em ...

pobre e desamparada, mas também as futuras mães para que seus filhos nasçam fortes e sadios, pois além da parte da puericultura, propriamente dita, teremos uma sessão de maternidade com internato de gestante.⁵⁹

Percebe-se no discurso proferido pelo médico o desejo de que a população chapecoense absorvesse essa ideia da prática da puericultura com a finalidade de acabar com a mortalidade infantil. Para Foucault o discurso não só reflete e representa uma sociedade, mas também a significa, a constrói e a modifica. Alguns dos efeitos construtivos do discurso podem ser vistos na criação e modificação de identidades sociais. O discurso ajuda a construir tanto identidades sociais quanto relações sociais.⁶⁰

Assim esses serviços cumpriam o papel de suprir a ausência de uma saúde de qualidade na cidade. Antes da implantação do Posto de Puericultura, da LBA, o que predominava eram as práticas da medicina popular, uma vez que a população não tinha acesso à medicina oficial e não havia um serviço preventivo. Quando as pessoas ficavam doentes, procuravam, no primeiro momento, o tratamento com remédios caseiros, feitos de plantas medicinais e rituais. Do diário de anotações do médico Darcy de Camargo pode-se citar alguns tratamentos praticados por curandeiros, remedieiros e benzedores:

Como bater na criança até que o mal do espírito abandonasse o corpo, era um dos tratamentos aplicados em caso de (convulsões). Nas convulsões infantis o tratamento consistia em benzer e fazer um colar de alho para dependurar no pescoço da criança. Para combater os ataques de bicha esfregava-se o alho em todo o corpo da criança. Besuntar o corpo da criança com olho de mocotó, sebo de carneiro, usados para infecção respiratória. E para as cólicas intestinais eram usados os variados benzimentos. Para sarar o umbigo eram usadas algumas espécies de folhas e ervas milagrosas e enfaixando o umbigo bem apertado. Ao nascer o umbigo da criança, era cortado com qualquer tesoura ou faca, amarrando com uma tira de pano sem a mínima condição de higiene.⁶¹

Esse tratamento fazia parte do saber popular que passava de pai para filho. Em todas as localidades de área rural sempre existia alguém experiente na prática de ensinar remédios e benzimentos. Para acabar com essas práticas da medicina popular que, segundo o saber médico, levavam muitas crianças a óbitos, o Dr. Darcy de Camargo usava o jornal *A Voz de Chapecó*

⁵⁹ *A Voz de Chapecó*, 10 de setembro de 1947, p. 4.

⁶⁰ FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

⁶¹ CAMARGO, D. Diário de anotações, 1944. Acervo da família.

para divulgar notícias sobre os serviços que estavam sendo disponibilizados pelo Posto de Puericultura, principalmente quando pretendia conscientizar a população da importância desse serviço. A partir disso objetiva-se mostrar que a medicina oficial era o melhor caminho para proteger as crianças das doenças. Com isso havia toda uma defesa feita pelo médico Darcy de Camargo contra as práticas reconhecidas como caseiras, “os benzedores, as parteiras que eram vistos como charlatões davam passes e garrafas de remédio causadores da mortalidade da criança e só atrapalhavam a verdadeira ciência”⁶².

Com a instalação dos Postos de Puericultura há legitimidade da medicina oficial no tratamento das gestantes e das crianças. As questões eugênicas estabeleciam uma nova norma para a população: o asseio e o aperfeiçoamento do corpo e a constituição da moral. Eram procedimentos pensados para atingir toda a população por estratégias direcionadas a famílias e mulheres, mas com foco principal na criança. Eram as mulheres as responsáveis por regenerar a família e também a elas era atribuído um papel central no exercício de sua função maternal. Eram as mães as grandes responsáveis pelo fim da mortalidade infantil, com essa estratégia se alcançaria a ordem, a civilidade almejada.

Finalizando...

Para o historiador Norbert Elias, “a civilização é entendida como processo de civilizar os costumes. A sociedade torna-se uma obra do próprio homem à medida que as distinções sociais deixam de fundar na natureza e se mostram apenas artificiais”.⁶³ Nesse processo de configurações de comportamentos, costumes e condutas, cria-se a intenção de valorizar e perceber o controle dos sentimentos como forma de alcançar êxito nas relações interpessoais diante de uma nova ordem social estabelecida. Sendo assim, a fundamentação e a descoberta de um conceito de civilidade servem para definir o caráter de superioridade das sociedades ocidentais europeias. Esta superioridade é constituída por sua autoconsciência de ser civilizadas, de já haverem alcançado a etapa final do processo de civilização e, assim, legitimadas como transmissoras “a outrem de uma civilização existente e acabada, as porta-estandartes da civilização em marcha”.⁶⁴ A fase fundamental

⁶² *A Voz de Chapecó*, 11 de outubro de 1948, p.6.

⁶³ ELIAS, N. *O processo civilizador*. Formação do Estado e Civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. p. 10.

⁶⁴ *Ibidem*.

desse processo foi concluída no “exato momento em que a consciência de civilidade, a consciência da superação de seu próprio comportamento e sua corporificação na ciência, tecnologia ou a arte começaram a se espalhar por todas as nações do Ocidente”.⁶⁵

Esses ideais civilizatórios construídos por uma autoafirmação de superioridade das sociedades serviram como base para uma máxima de restauração das estruturas sociais, culturais e políticas em que se inspiravam os diversos centros urbanizados ou em urbanização ao longo do século XIX. Nesse movimento surge uma crença sincera no progresso – um mito baseado no significado de aperfeiçoamento, principalmente para os elementos das elites que se beneficiaram diretamente dos efeitos da modernização. Tais formas embasavam-se no movimento iluminista do século XVIII e procuravam extrair um conceito de civilização vinculado ao desenvolvimento do conjunto de processos científicos, tecnológicos, da revolução dos costumes.⁶⁶

Pensar o conceito civilidade a partir de Norbert Elias ajuda a compreender os discursos sobre civilidade que circularam através das políticas públicas implementadas pela LBA no Oeste Catarinense e especificamente em Chapecó. Tais ações remodelaram hábitos e costumes na cidade. Valores ligados à estrutura familiar, pautados nas práticas de higienização, redefiniram representações sociais relacionados ao papel da mulher na família e aos cuidados da criança desde a gestação, por exemplo. Esse desejo de civilizar a sociedade através do indivíduo passa a desempenhar um papel importante na mentalidade dos adultos sobre o que é ser civilizado. Esse controle se dá no sentido de reformar comportamentos e adaptá-los a um novo modelo de organização. Esse processo de higienização e reformulação pelo qual passava a família objetivava formar cidadãos dentro dos princípios morais e intelectuais estabelecidos pelo Estado.

A discussão apresentada pretende contribuir para dotar de inteligibilidade práticas políticas que objetivaram intervir nas famílias construindo e propondo um ideal de infância, de maternidade e organização familiar que melhor se adequava ao projeto de progresso e modernidade em curso na década de 1940. Em Chapecó, essas representações estiveram atreladas à urbanidade e a ideais de civilidade que estavam em pauta no projeto estadonovista. No presente, outras práticas políticas seguem elegendo as crianças, as mulheres mães e as famílias pobres como principal alvo de

⁶⁵ Ibidem.

⁶⁶ PILLA, M. C. B. de A. Manuais de civilidade, modelos de civilização. *História em Revista*, Universidade Federal de Pelotas, v. 9, p. 01-21, dez. 2003.

Michele Rodrigues Tumelero; Cristiani Bereta da Silva

discursos. O desafio é compreender nessas práticas rupturas e continuidades em relação aos discursos higienistas e eugênicos que marcaram as ações da década de 1940. Nesse sentido, as questões aqui levantadas continuam sendo uma demanda para os estudos de uma história consequente do tempo presente.

Artigo recebido para publicação em: 29/08/2012

Artigo aprovado para publicação em: 24/10/2013